

Assembleia da República

ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES ESPERAM RECONHECIMENTO LEGAL

As associações de estudantes foram a grande figura do debate parlamentar de ontem. Nada menos de sete projectos visando o seu reconhecimento legal estiveram em discussão, trazendo para a polémica questões como o montante dos subsídios a atribuir futuramente pelo Governo e a influência do movimento associativo estudantil na evolução política do país.

No período de antes da ordem do dia, uma outra figura, por sinal tão pouco representada no Parlamento, sobressaiu: a mulher. O pretexto foi a comemoração, no último sábado, do dia que lhe é internacionalmente consagrado, o que motivou a aprovação unânime de um voto de saudação e levou todas as bancadas a referirem-se-lhe de forma mais ou menos profunda.

Maria da Glória Padrão — naquele que terá sido o discurso mais cuidado — sustentou que o «Dia Internacional da Mulher», «continuando a sublinhar o antagonismo, é sintoma de uma lógica de bipolarização», pelo que seria urgente que, «num tecido social saturado dessa lógica», ele se rompesse. Para a deputada do PRD — e agora presidente da Comissão da Condição Feminina — a «atitude de fundo» a adoptar seria cultural, sendo preciso que, «pela cultura, a história homóloga e libertação e não só a liberdade».

Zita Seabra defendeu ser «importante» que a Assembleia da República assinale o «Dia Internacional da Mulher», quer porque ele «não entre na história da humanidade por acaso», quer porque no Parlamento se fala a «voz da mulher e dos seus problemas» na se-

quência desta última crítica, a deputada comunista apelou aos seus colegas, aos partidos, à Presidência da República e ao Governo para que contribuíssem para a «dignificação» da Comissão da Condição Feminina, encarando-a como «uma comissão igual às outras» e não como «um nado morto».

Também Maria dos Santos apresentou o dia 8 de Março como um símbolo que traduz uma luta, como um dos muitos instrumentos que concorrem para a dignificação feminina, como «um pólo que tem criado ao longo destes 12 anos maiores possibilidades de participação das mulheres portuguesas no questionar dos seus muitos problemas».

Na mesma linha «congregadora» que ela própria atribui ao seu discurso, a representante dos «Verdes» na Assembleia da República aproveitou a ocasião para saudar a mulher do líder nacionalista sul-africano, Nelson Mandela.

Já Margarida Borges de Carvalho exprimiu o desejo de que as mulheres, «como todas e quaisquer outros cidadãos, possam encontrar no Estado e na sociedade, não inimigos, feroces e inelutáveis, mas a instância e o meio próprio para uma vida vivida na plenitude do uso

dos seus direitos». A parlamentar, que se senta na bancada do PRD, embora tenha sido eleita como independente, sustentou ainda ser «o feminismo tão indesejável como o seu contrário».

Helena Torres Marques afirmou-se convicta de que a maioria dos deputados pensa que «era bom que o Parlamento tivesse mais mulheres», pois haveria uma outra visão dos problemas, uma outra perspectiva de encarar a vida e um outro pragmatismo. Nesta medida, e ainda antes de fazer o elogio das suas companheiras que exercem funções autárquicas, a deputada socialista procurou ganhar a Câmara e os dirigentes partidários que nela têm assento para a necessidade de mais mulheres aparem nas listas para deputados europeus e nacionais e, sobretudo, para a importância de os seus nomes surgirem aí em lugares elegíveis.

A única bancada de onde não surgiu qualquer intervenção de uma mulher sobre o assunto foi a do CDS, o que se explica facilmente pelo facto de os centristas não possuírem qualquer parlamentar do sexo feminino. Nestas condições, a intervenção do partido liderado por Adriano Moreira foi deixada a cargo de José Gama, que desempenhou a sua tarefa em nome do «direito à diferença» e através de algumas considerações de circunstância sobre o «8 de Março».

Entretanto, Almeida Santos foi o único deputado a aproveitar o período de antes da ordem do dia para comentar a cerimónia de posse do novo presidente da República. Em sua opinião,

as críticas feitas aos custos da mesma são uma manifestação de «reserva» e de «azedume» de quem foi derrotado, tanto mais que não teria preço «esse momento único» de alegado reforço do prestígio do país e «essa oportunidade ímpar de contactar e pôr em contacto chefes políticos de tanto relevo».

Mas Almeida Santos aproveitou igualmente a oportunidade para renovar as críticas do PS ao gabinete de Cavaco Silva. Na óptica do ex-ministro de Estado, o Governo tem uma «manifesta propensão para pôr os deputados de cabeça», perante a qual ou os parlamentares se «portam bem» ou o Executivo «vai queixar-se ao palácio».

Almeida Santos acusou ainda o Governo de agir segundo «a pressuposição de que uma maioria potencial dos deputados se levanta a fazer a barba e a pensar em como derrubá-lo». No modo de ver do ex-candidato a primeiro-ministro, tratar-se-ia do «complexo natural de um Governo com magro suporte e forte complexo de ver exaurir-se, sem significativas medidas de fundo, o seu estado de graça».

Em declarações à Rádio Comercial, concedidas ainda o plenário decorria, Almeida Santos negou que este discurso fizesse parte da sua estratégia de conquista da liderança do PS, como era opinião de muitos observadores parlamentares. Nas referidas declarações, aliás, o antigo ministro de Mário Soares voltou a defender a tese da « Direcção colegial », alegando que ela era a que mais se ajustava à actual fase da vida do partido.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Associações Académicas

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

